



Ao Supremo Tribunal Federal - STF

STF Escuta – 3ª. Edição

stfescuta@stf.jus.br

Pampa, dezembro de 2025

O [Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa](#) composto por Povos Indígenas, Comunidades Kilombolas, Povo de Terreiro/ Povos Tradicionais de Matriz Africana, Pescadoras e Pescadores Artesanais, Povo Cigano, Pecuaristas Familiares, Povo Pomerano e Benzedeadas e Benzedores do bioma Pampa; encaminhou o documento “**Contribuições a partir do contexto e da atuação do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa**” através do formulário STF Escuta – 3ª. Edição, em novembro de 2025.

O documento foi construído coletivamente por todas as 8 identidades que integram o Comitê e atendendo as orientações do STF Escuta.

Entretanto, tendo em vista a sociodiversidade que compõe o Comitê, mais questões surgiram durante a atividade do *STF Escuta*, onde 4 representantes do Comitê participaram de forma on line: Fernando Aristimunho (Pecuarista Familiar Tradicional do Pampa), Rosecler Winter (Povo Cigano), Viviane Machado Alves (Pescadora Artesanal) e Daniel Roberto Soares (Kilombola e Povo Tradicional de Matriz Africana e de Terreiro).

Conforme orientação dada pelo STF no dia do evento, estamos encaminhando as contribuições de falas e postadas no chat do evento, de representantes do Comitê, formalizando e solicitando sua inclusão, também, no documento final do *STF Escuta*, conforme segue:

“O racismo estrutural é institucional e não pode ser comparado como um erro cultural, pois juízes e juízas cometem crimes com suas canetas e jamais vamos aceitar que seja confundido com questão cultural.”

“Trago um relato da pesca artesanal sobre nosso bioma Pampa. Relato de denúncia de tudo que nós pescadoras e pescadores estamos sofrendo ao longo dos anos. Nós povos e comunidades tradicionais, somos as maiores guardiãs dos biomas, nossos territórios são conservados, e não queremos a degradação provocada por esses grandes empreendimentos que adentram nossos territórios. Somos ameaçadas diariamente por parques eólicos, mineração, portos, hidrovias que vem para nos expulsar dos nossos territórios. E os órgãos públicos que deveriam nos proteger estão negando nossa existência, o próprio IBAMA não respeita a Convenção 169 da OIT. O judiciário tem que estar junto com os povos e comunidades tradicionais. Nós pescadoras e pescadores da Lagoa dos Patos estamos há dois anos sofrendo com enchentes, desde 2023, e na catástrofe de 2024 fomos os mais afetados e os mais criminalizados. Estamos sendo expulsos de nossos territórios pelo poder público, em muitas comunidades tradicionais estamos sendo impedidas de reconstruir nossas casas, com a alegação que estamos em área de risco, mas nós sempre estivemos aqui, aqui é nosso território, aqui está nosso modo de vida, aqui está nossa história! Precisamos que o Judiciário assegure nossos direitos.”

“Os Povos Ciganos sofrem violações de direitos diariamente, e quase sempre nosso único caminho é recorrer ao STF. Mas ainda falta muito para nós termos a proteção necessária para nossas lideranças continuarem suas militâncias com segurança e dignidade. Mesmo com a elaboração do Plano Nacional de Políticas Públicas para os Povos Ciganos, lançado em agosto de 2024, ainda estamos desprotegidos e inviabilizados.”

Cabe ao Supremo Tribunal Federal assegurar o cumprimento dos nossos direitos e as responsabilizações, especialmente do Estado e de grandes corporações, diante das violações de povos e comunidades tradicionais do Pampa, assim como de todos os biomas.

Atenciosamente,

Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa